

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL: ESTUDO DE CASO

INSTITUTIONALIZATION OF CHILDREN AND YOUTH IN PORTUGAL: CASE STUDY

Carla Carvalho¹
Fernanda Lima²

Resumo: Este estudo tem por finalidade analisar as percepções de jovens e adultos que passaram pela experiência da institucionalização por períodos prolongados, em Portugal. Visa compreender como é viver num lar de infância e juventude, mais concretamente dissecar como é percecionada a institucionalização na infância e/ou juventude por quem passou por esse processo. Para o efeito contou-se com a participação de quatro indivíduos que narraram as suas vivências no Lar de Jovens. Pretende-se explorar três etapas do percurso da vida dos participantes: o período pré-institucional, o período da institucionalização e o período da pós-institucionalização. Esta investigação seguiu uma metodologia qualitativa e as entrevistas foram dissecadas através da análise de conteúdo. Os resultados sugerem que apesar da institucionalização apresentar aspetos negativos, os aspetos positivos pautaram o percurso destes adultos durante os seus trajetos na Instituição. Contudo também foi nossa pretensão, perceber algumas das contradições deste estudo e explicá-las à luz de outras investigações já realizadas nesta área.

Palavras-chave: institucionalização, lar de infância e juventude, crianças e jovens, perigo, risco

Abstract: This study aims to analyze the perceptions of young people and adults who have experienced institutionalization for long periods in Portugal. It aims to understand what it is like to live in a childhood and youth home, more specifically to dissect how institutionalization in childhood and / or youth is perceived by those who have gone through this process. For this purpose, there was the participation of four individuals who narrated their experiences at the Youth Home. It is intended to explore three stages of the participants' life path: the pre-institutional period, the institutionalization period, and the post-institutionalization period. This investigation followed a qualitative methodology, and the interviews were analyzed through content analysis. The results suggest that although institutionalization has negative aspects, the positive aspects guided the path of these adults during their journeys at the Institution. However, it was also our intention to

¹ Assistente Social, Docente Universidade Lusófona do Porto, Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior Miguel Torga, em Coimbra. Doutora em Educação Social, pela Universidade de Granada - Espanha. Doutoranda em Serviço Social, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. ORCID: 0000-0002-4965-29. Link do Currículo: [Carla Isabel Mota de Carvalho \(C110-DF85-7275\) | CIÊNCIAVITAE \(cienciavitae.pt\)](https://orcid.org/0000-0002-4965-29). E-mail: p3816@ulp.pt

² Diretora Técnica do Centro Social e Paroquial de Parada de Gatim - Vila Verde. Licenciatura em Educação Social Gerontológica, pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Licenciatura em Serviço Social, pela Universidade Lusófona do Porto. Mestrado em Economia Social, pela Universidade do Minho. E-mail: mfmarlima@hotmail.com

perceive some of the contradictions in this study and explain them in light of other investigations already carried out in this area.

Keywords/Palabras Claves: institutionalization, childhood and youth home, children and youth, Danger, Risk.

INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e jovens em Portugal é uma medida de natureza jurídica e psicossocial, implementada quando se verificam condicionalismos que comprometam o desenvolvimento da criança e jovens, de uma forma equilibrada.

A institucionalização com os seus aspetos positivos e negativos tem como função proteger as crianças e os jovens de situações conflituosas, degradantes e violentas proporcionando-lhes um contexto equilibrado e protetor que promova o seu desenvolvimento integral e saudável. Ou seja, o principal objetivo do acolhimento institucional é proteger as crianças e os jovens da negligência, dos maus-tratos e da incapacidade demonstrada pelos pais ou adultos que os tinham à sua guarda (GOMES, 2010).

Com este estudo, pretendemos perceber como é viver num Lar de Infância e Juventude; analisar como é percecionada a institucionalização na infância e/ou juventude por quem passou por esse processo e ainda identificar se a mesma é considerada positiva ou negativa pelos sujeitos e que forma influenciou a vida destes jovens/adultos.

As reflexões e dados compreendidos decorrem dos resultados de uma investigação intitulada "A Institucionalização de Crianças e Jovens": Estudo de Caso num Lar de Infância e Juventude no norte de Portugal. Esta investigação decorreu no âmbito do 3.º ano da licenciatura em Serviço Social, na unidade curricular de Seminário de Investigação e Intervenção em Serviço Social III, no ano de 2016, com a participação direta dos autores deste artigo.

A investigação seguiu uma metodologia qualitativa, com recurso à elaboração e administração de uma entrevista, aos indivíduos que passaram pela experiência da institucionalização durante a sua infância e/ou juventude. Tendo em conta o objeto de estudo, foram criadas três categorias que nos permitiram aceder a três períodos distintos da vida dos intervenientes. O primeiro período pretendeu descrever a etapa antes da entrada para a

instituição, o segundo momento a explorar referiu-se ao período de institucionalização e por último o momento da “desinstitucionalização”. Esta categorização permitiu a construção da parte metodológica do estudo. Para tratar a informação recolhida, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo.

Neste artigo iremos considerar conceitos teóricos relevantes para a reflexão sobre a problemática da institucionalização de crianças e jovens, descrever algumas das políticas sociais existentes em Portugal destinadas a esta população e ainda iremo-nos dedicar à exposição dos resultados e às conclusões do estudo e por último às referências bibliográficas que alicerçam a construção deste estudo.

POLITICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO, EM PORTUGAL

Em Portugal, ao longo dos tempos verificou-se uma evolução da perspetiva de proteção às crianças, sendo que, em 1911 se formaliza a Lei da Infância e Juventude com a “Lei de Proteção à Infância”, constituindo a primeira lei publicada em Portugal de proteção à criança coincidente com a criação dos tribunais de menores. Um segundo momento assenta na publicação da Organização Tutelares de Menores de 1962, revista pela Organização tutelar de Menores em 1978 que se manteve em vigor até 2000. De acordo com Cansado (2008) esta última representa um marco na política de proteção à criança, uma vez que veio reforçar uma intervenção do tipo preventivo e o papel da família

Ao nível internacional em 1959, é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (DUDC) e em 1989³, as Nações Unidas aprovam a Convenção dos Direitos da Criança que é ratificada em Portugal em 1990, passando a ser reconhecidos às crianças direitos semelhantes aos dos adultos e onde se estabelece a doutrina de proteção integral da criança (art.º 1º e 2º).

Em Portugal, ainda em 1967 é dado mais um passo importante, com a criação do Instituto da Adoção, pelo DL 47344/66 de 25 de novembro. O 25 de Abril de 1974⁴ representou um

³ Nos termos do art.º 1.º, da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada pelo Estado português, passou a adotar-se o conceito de criança “como todo o ser humano menor de 18 anos salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.”

⁴ A Revolução de 25 de Abril, também conhecida como Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril,[1] refere-se a um evento da história de Portugal resultante do movimento político e social, ocorrido a 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e que iniciou um processo que viria a

marco importante no que diz respeito à proteção social destinada à infância, que deriva do reconhecimento das crianças enquanto sujeitos autónomos de direitos com identidades próprias.

Em 1976 a Constituição da República Portuguesa (CRP) consegue, pela primeira vez, introduzir, como direitos fundamentais a infância (artigo 69º) e a Juventude (artigo 70º).

No ano de 1991, foram criadas as Comissões de Proteção de Menores (CPM), substituídas em 2001, por Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

No ano de 1999, dá-se uma grande reforma nos direitos de crianças e jovens com a com a redação da lei tutelar educativa (lei nº 166/99 de 14 de setembro) e da lei de proteção de crianças de jovens em perigo (LPCJP - Lei nº147/99 de 1 de setembro)⁵.

Nesta última é justificada a intervenção na promoção dos direitos e a proteção, quando se verifica que a criança ou jovem⁶ está exposta a situações de abandono, negligência, maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, situações de trabalho infantil, comportamentos de risco ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação e educação, sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Uma vez identificada uma criança ou jovem em situação de risco, na sua família, procede-se ao diagnóstico da gravidade, avaliando se existe ou não, necessidade de a retirar do seio familiar (ALVES, 2007). Se o perigo for minimizado ou até mesmo eliminado através da intervenção dos técnicos, estes continuarão no meio familiar. Mas se após a intervenção dos técnicos, se se verificar que não existem condições necessárias para o desenvolvimento saudável da criança/jovem, providencia-se o seu acolhimento institucional, que no entender de Delgado (2006), só deverá ser utilizada, depois das outras medidas se mostrarem

terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976, marcada por forte orientação socialista. Um marco importante na política portuguesa.

⁵ Estes dois novos diplomas entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2001 substituindo, em larga medida, o modelo consubstanciado na Organização Tutelar de Menores (OTM, 1978). Ambos têm subjacente um novo paradigma que visa a promoção de intervenções diferenciadas: de proteção junto de crianças e jovens colocados em situação de perigo, vítimas de circunstâncias pessoais e sociais de natureza diversa; de responsabilização centrada na "educação para o direito" para aqueles que, entre os 12 anos e os 16 anos de idade, tenham praticado factos que, à luz da lei penal, seriam considerados crimes.

⁶ Os termos criança e jovem surgem nestas duas novas leis representando uma nova abordagem no campo do Direito. Até então, o termo "menor" era recorrentemente usado na legislação, indiferenciadamente aplicável a indivíduos com idade até aos 18 anos, patamar em que se alcança a maioridade civil em Portugal (art.º 122º do Código Civil). Ao atingir essa idade, o jovem adquire plena capacidade de exercício de direitos e fica habilitado a reger a sua vida e a dispor dos seus bens (art.º 130º do Código Civil).

insuficientes ou ineficazes. Pois, como refere Barbas (2014), durante alguns anos o acolhimento institucional foi considerado um recurso perigoso e com graves consequências para aqueles que passavam por este processo, sendo como tal, necessário procurar alternativas à institucionalização.

De acordo com o artigo 49º do Decreto-lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), o acolhimento institucional consiste em colocar a criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que tenha instalações, equipamentos e uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados necessários e lhes proporcione educação, bem-estar e desenvolvimento completo. Assim, o principal objetivo do acolhimento institucional é proteger as crianças e os jovens da negligência, dos maus-tratos e da incapacidade demonstrada pelos pais ou adultos que os tinham à sua guarda (GOMES, 2010). Isto é, a institucionalização tem como principal finalidade a proteção da criança ou do jovem das condições desfavoráveis de que é alvo no seu meio familiar. As instituições são responsáveis por todas as ações que promovam o desenvolvimento biopsicossocial dos seus residentes. As práticas institucionais devem ser orientadas para as necessidades individuais das crianças, tratando-as como seres únicos e respeitando a sua identidade e dignidade.

O acolhimento institucional da criança e jovens envolve a aplicação obrigatória de uma medida de promoção e proteção, seja pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)⁷, seja pelo tribunal. Nos Centros de Apoio Temporário (CAT)⁸, se for visível que estão reunidas as condições de segurança, a criança ou o adolescente pode regressar à família. Se o perigo permanece, a criança ou jovem são encaminhados para um Lar de Infância e Juventude, onde o acolhimento é prolongado, com vista, ao regresso à família ou à adoção.

A abordagem das políticas públicas e a organização dos serviços passam pela definição de necessidades coletivas, que, do ponto de vista social, traduzem, de acordo com Carreira (1996: 37), "as ações prosseguidas com vista à realização do bem-estar social". De uma forma geral, as políticas desenvolvidas pelo Estado, são políticas sociais e os direitos sociais traduzem a sua concretização.

⁷ As comissões de proteção de crianças e jovens são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (n.º 1 art.º 12 da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

⁸ Acolhimento urgente e temporário (por menos de 6 meses) de crianças e jovens em perigo. Resulta de uma medida de promoção e proteção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal.

Em meados do século XIX, o Estado Português começou a interessar-se pelos problemas sociais e coloca no seu discurso político a preocupação com os mesmos, com o intuito de encontrar respostas que resolvessem o que, até à data, designavam de «questão social» ou «problema social», é neste contexto que surgem as Políticas Sociais.

As políticas sociais são intervenções do Estado que visam responder a situações de desigualdade social, na sua maioria relacionadas com fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Na base da organização das políticas sociais está o reconhecimento da existência de necessidades humanas e do direito à satisfação, os direitos sociais devem ser assegurados não só em termos de direitos, mas também de deveres.

Para Pinho (1998), as Políticas Sociais constituem a essência do "Welfare State", este traduz-se na garantia por parte dos Governos, de um rendimento mínimo, nutrição, saúde e segurança, educação e habitação, enquanto direitos sociais de todos os cidadãos.

Para Samagaio (2004, cit. por LOULÉ 2010), a criança tem vindo a assumir na sociedade destaques distintos. Nos últimos anos do século XX, a criança tem sido «objeto» não só de investimento científico como também de valorações sociais e culturais específicas. Há, pois, que dar voz à criança na construção social e cultural do seu mundo. Há que entender a criança enquanto elemento ativo e estruturador não só da vida quotidiana como também de alguns domínios de atuação social e política.

O conjunto de políticas e medidas direcionadas para as crianças e jovens em risco/perigo tem procurado articular uma dupla estratégia de resposta: por um lado a promoção do desenvolvimento da criança e, por outro, a proteção social das crianças e das suas famílias. A fragilidade das crianças face à adversidade conduziu a uma crescente responsabilização do Estado e da sociedade no dever de proteção, de modo a promover o seu pleno desenvolvimento integral.

A intervenção para a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em perigo é enquadrada pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo⁹ e é assegurada subsidiariamente pelas entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância ou juventude, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, e em última instância, pelos Tribunais. O acompanhamento técnico em matéria de proteção de crianças em perigo junto

⁹ Lei n.º 147/99, de 01 de setembro

dos Tribunais compete à Segurança Social, através das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais.

Do conjunto de respostas sociais que integram o sistema de acolhimento para crianças em Portugal, destacam-se os Lares de Infância e Juventude (LIJ), e os Centros de Acolhimento Temporário (CAT), como aquelas onde se encontra a grande maioria das crianças e jovens em situação de acolhimento.

De acordo com o Relatório CASA¹⁰ (2019), as respostas de acolhimento, com a maior incidência verifica-se nas casas de acolhimento generalista nomeadamente na resposta LIJ e CAT com 86% do total das respostas sociais que integram o sistema de acolhimento. É nos LIJ que se verifica a maior percentagem de crianças e jovens acolhidas (59,3%).

A resposta social Lar de Infância e Juventude¹¹, desenvolvida em equipamento, tem como finalidade o acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, por mais de 6 meses. Resulta de uma medida¹² de promoção e proteção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal. Tem como objetivos assegurar alojamento, a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar. Asseguram também os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade. Promove sempre que possível a sua integração na família e na comunidade de origem em articulação com as entidades competentes tendo em vista a sua autonomização.

Terminado o enquadramento da política, aproximamo-nos da descrição do estudo de caso que pretende fornecer um contributo para ajudar a perceber o significado e o papel que o acolhimento institucional desempenhou na vida destes jovens adultos.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: ESTUDO DE CASO

¹⁰ Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.

¹¹ Destina-se ao acolhimento de crianças/jovens em perigo, considerando-se que se encontram nessa situação quando, por exemplo, estão abandonadas ou vivem entregues a si próprias, sofrem de maus tratos físicos ou psíquicos ou são vítimas de abusos sexuais.

¹² Segundo a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, «as medidas de promoção e proteção são as seguintes :

a) Apoio junto dos pais ; b) Apoio junto de outro familiar ; c) Confiança a pessoa idónea ; d) Apoio para a autonomia de vida ; e) Acolhimento familiar ; f) Acolhimento residencial; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção ».

A metodologia utilizada nesta investigação foi a qualitativa, utilizando como método, o estudo de casos. A metodologia qualitativa é entendida por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Para Triviños (1987, cit. por Maxwell, 2011), a pesquisa qualitativa trabalha os dados procurando o seu significado tendo como base a percepção do fenómeno, dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar a essência do fenómeno, procurando explicar a sua origem, relações e mudanças, tentando intuir as consequências.

De acordo com Yin (1994), o estudo de caso é a estratégia mais utilizada quando se pretende conhecer o “como?” e o “porquê?”, isto é, quando o investigador detém escasso controlo dos acontecimentos reais ou mesmo quando este é inexistente, e quando o campo de investigação se concentra num fenómeno natural dentro de um contexto da vida real. Trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. O estudo de caso tem sido definido como sendo um termo global para uma família de métodos de investigação que tem em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso (ERASMIC & LIMA, 1989).

O universo da população, foram quatro jovens, do género masculino que residiram em regime de acolhimento institucional prolongado, no Lar de Jovens da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima. Os participantes foram contactados pela equipa técnica do LIJ, em funções na altura da realização do estudo. Foi utilizado o processo de amostragem por conveniência¹³. Utilizou-se este tipo de amostragem, visto que na altura em que se realizou a pesquisa, se desconhecia o paradeiro e o contacto de outros jovens que residiram nesta Instituição.

Como instrumento de recolha de dados foi utilizada a entrevista aos quatro indivíduos que passaram pela experiência da institucionalização durante a sua infância e/ou juventude, com base na qual se pretende fornecer um contributo para ajudar a perceber o significado e o papel que o acolhimento institucional desempenhou nas suas vidas. A primeira abordagem foi feita através de contacto telefónico e após aceitarem fazer parte desta investigação, foram marcados encontros presenciais, onde aos entrevistados, num primeiro momento, foi explicado o objetivo do estudo, assim como foram informados sobre o contributo esperado para o

¹³ Consiste em seleccionar uma amostra da população que seja acessível

processo de investigação. Foram também comunicadas as condições de realização e utilização do conteúdo resultante das entrevistas.

A entrevista foi guiada de modo a ir ao encontro aos objetivos necessários para explicar a problemática da investigação e ao mesmo tempo garantir alguma dinâmica e estimular o diálogo.

Para tratar a informação recolhida, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo uma vez que esta técnica permite a descrição objetiva do conteúdo manifesto na comunicação. A análise de conteúdo permite ainda fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o contexto estudado (BARDIN, 1979). O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior pois oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade.

Para fazer a análise da entrevista, foram criadas categorias de acordo com a constituição do guião de entrevista. Foram criadas três categorias: I - Caracterização do período Pré-institucionalização; II - A fase da Institucionalização e, Categoria III - Perceção sobre a Institucionalização.

Na primeira categoria de análise que corresponde ao período anterior à institucionalização, pretendia-se caracterizar os jovens adultos que participaram na investigação, conhecer o ambiente familiar e o local de residência destes.

DISCUSSÃO E TRATAMENTO DE DADOS

Neste estudo participaram quatro indivíduos do género masculino, que residiram em regime de acolhimento institucional prolongado num Lar de Infância e Juventude, no Norte de Portugal, com idades compreendidas entre os 21 anos e os 35 anos. O processo de acolhimento ocorreu durante um longo período de tempo (entre 10 e 11 anos), o que significa que alguns destes jovens passaram quase metade das suas vidas institucionalizados.

Período da Institucionalização

Sujeito 1- "Cerca de onze anos, eu entrei com... lá está, mais ou menos oito anos, sete, oito anos e saí com 18/19 anos".

Sujeito 2- "Até aos 22/23 anos, mais ou menos 10 anos".

Sujeito 3- "A Segurança Social disse-nos que iríamos por seis meses, mas eu sabia que não era assim, ao todo estive quase quatro anos".

Sujeito 4- "Ao todo estive onze anos numa instituição."

A maioria dos participantes entrou no sistema de acolhimento aos sete anos de idade (3) e um com 15 anos, terminando o processo de acolhimento após a maioridade (2 com 18 anos, 1 com 19 anos e 1 com 22 anos). No que diz respeito ao percurso escolar constatamos que a globalidade dos participantes terminou o ensino obrigatório (2 com o 12º ano, 1 com o 9º ano e 1 com o 6º ano). No que diz respeito à situação face ao emprego, constatamos que um dos inquiridos se encontra desempregado.

Caraterizando o período da Pré-institucionalização (I categoria), podemos verificar que a maioria dos inquiridos, é proveniente de agregados monoparentais, viviam com as mães e os irmãos e só um dos inquiridos vivia com o pai e a mãe, ambos em zonas rurais e com fracos recursos económicos.

Na base da institucionalização (II categoria), referenciaram uma variedade de problemas sociofamiliares: pobreza, alcoolismo, abandono e violência. No entanto, os maus-tratos físicos e as situações de negligência (não atender às necessidades básicas da criança, sejam físicas, médicas, educacionais ou emocionais) foram as predominantes, foram as que motivaram a tomada de decisão para o afastamento temporário das crianças e jovens do seu meio natural de vida.

Perceção dos inquiridos "sobre o motivo da institucionalização"

Sujeito 1: "Explicaram o motivo, mas não o verdadeiro motivo, para não virem as minhas irmãs teria que vir eu, por a minha mãe não ter recursos para criar três filhos".

Sujeito 2: "A minha mãe e o meu pai não tinham mentalidade para nos ter..."

Sujeito 3: "O motivo foi porque eu quis, (...) o meu pai bateu na minha mãe e na minha irmã, e nessa noite eu saí a correr de casa e foi chamar a polícia, pela primeira vez eu reagi".

Sujeito 4: "Foi o motivo dos meus pais serem alcoólicos, e depois de a minha irmã não ter conseguido, por uma questão de despesas económicas não me poder ter".

Cansado (2008), refere que a experiência de maus-tratos é um dos exemplos da adversidade que ocorre na infância e que tem implicações negativas nas diversas áreas de funcionamento da criança, principalmente ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo. Para a autora, a história pessoal do indivíduo e as experiências vividas em família tem uma influência determinante no seu desenvolvimento.

Desde que a criança é separada do seu meio familiar e social e colocada numa instituição, dá-se uma rutura com a rede de relações construídas até ao momento da institucionalização, o que possibilita uma vivência subjetiva de afastamento e abandono

relativamente à família, com as atribuições depreciativas e de auto desvalorização que essa separação pode motivar (ALBERTO, 2008).

Reis (2009), refere que a criança é um organismo dependente, não é capaz de, por si só, satisfazer todas as suas necessidades, assegurando a própria sobrevivência. E como tal, torna-se necessário o recurso a uma instituição social que assuma tal responsabilidade para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas, quer um ambiente no qual possa desenvolver as suas capacidades, quer para poder lidar de forma eficaz com o meio físico e social que a rodeia. Apesar de muitas vezes os contextos familiares serem destruídos, não o reconhecem com transparência, embora afluam nos seus discursos esses aspetos.

Para estes jovens adultos, a fase da chegada ao Lar de Infância e Juventude é percebida de forma negativa. São comuns os sentimentos de tristeza, engano, medo. A maioria não tinha a noção do que estava a acontecer. Ao analisarmos os relatos sobre as percepções da chegada à Instituição percebemos que estas crianças se sentiram abandonadas e com medo, encontravam-se num local totalmente desconhecido, não conheciam ninguém.

A chegada à Instituição

Sujeito 1- "(...) A mim enganaram-me, disseram-me que ia para uma consulta para Braga, (...) e não era nada, estávamos à espera que abrissem os serviços, para que fosse entregue lá nos serviços para depois alguém me vir buscar".

Sujeito 2- "Não me disseram nada, a minha bisavó tentou tratar disto...com o outro senhor (...) o outro senhor veio à instituição e conseguiu meter-me cá, quando vim também foi um problema ... adorava a minha bisavó e foi um dia também complicado, porque eu já estava a perceber quando ela me trouxe aqui a Ponte de Lima. Disse que ia para um Lar e começou a chorar".

Sujeito 3- "Foi estranho, partir de um meio de família para uma casa de jovens é assim muito estranho, é uma mudança de vida diferente, tive receio".

Sujeito 4- "Foi como eu ter feito um crime e ter ido para uma prisão, tal e qual"

A chegada à instituição refletiu os sentimentos de tristeza, engano, medo, pois como verificamos nos discursos anteriores, a maioria desconhecia o que lhe iria acontecer.

Perceção sobre a chegada à Instituição

Sujeito 1- "Recordo-me como que fosse hoje (...) no primeiro impacto foi uma tristeza, foi uma tristeza porque, tinha sete anos, oito o mais tardar é como todas as crianças, ou seja, tirando uma fatia do bolo, ao bolo que eu gosto é muito complicado e senti, senti como diz o outro, perdi tudo na altura".

Sujeito 2- "Não sei bem explicar (...) não sei se foi medo de perder uma grande pessoa, todos sabiam que eu gostava muito dela, sabia, mas quando eu percebi mesmo, fartei-me de chorar e até na morte da minha bisavó foi um choque muito grande".

Sujeito 3- "Foi estranho, eu vivia com os meus pais e depois vou assim para um sítio (...), foi esquisito".

Sujeito 4- "Foi assim um bocado estranho, ver tanta criança ali dentro e não conhecer ninguém e depois eu nem sabia que aquela era a instituição onde estava o meu irmão (...)".

Os relacionamentos com as crianças institucionalizadas parecem ter sido benéficos tendo em conta os relatos relativos às relações de amizade existentes na vida destes sujeitos naquele período. As crianças da instituição eram consideradas as suas amigas, já o mesmo não acontecia com os colegas da escola ou de outras entidades que frequentavam. Existia o estereótipo de que as crianças acolhidas nestas instituições eram diferentes das outras, merecendo uma conotação negativa. A literatura revela que este fenómeno não é exclusivo dos participantes desta investigação.

É na infância que a criança desenvolve as suas amizades, através dos vizinhos, amigos da escola ou do desporto. É através desta interação que desenvolve sentimentos de pertença, de cumplicidade, códigos e histórias em comum. As relações sociais que as crianças ou jovens mantêm nestes períodos têm grande influência na aprendizagem nos sentimentos de segurança e pertença.

Ao explorarmos os relacionamentos entre as crianças da instituição e os funcionários, verificamos que a relação poderia ser alvo de melhoramento. A falta de liberdade das crianças e a falta de confiança por parte destes profissionais condicionou a relação destes ao longo do acolhimento. No entanto é referido que a interação das crianças com os técnicos da instituição é considerada positiva.

Os relatos são consensuais ao afirmar que não predominavam sentimentos de discriminação no seu tratamento.

Quando questionados sobre o dia-a-dia, sobre as tarefas e rotinas desenvolvidas na Instituição o consenso é geral ao referirem que apesar da rotina estar instalada e as tarefas serem rigorosamente as mesmas, percebem que a ausência desta e de tarefas seria prejudicial para elas.

O jovem interno vive o seu quotidiano dentro de um determinado espaço, sob uma mesma autoridade. Fora de uma Instituição, a vida diária é desenvolvida em diferentes locais, enquadrados em padrões normativos distintos. As instituições ao privar o interno do contacto com o exterior, impõe no seu interior uma divisão básica entre um grupo controlado (residentes) e um grupo controlador (técnicos e dirigentes).

Quintãns, et al. (2010), a este respeito consideram que há um ataque ao *status* do internado como ator social. Esta situação verifica-se de acordo com as autoras, uma vez que numa instituição total aos mínimos segmentos da atividade podem estar sujeitos a

regulamentos e a vida do indivíduo é constantemente avassalada pela hipótese de uma sensação vinda de cima, invadindo-se a autonomia das ações.

Alguns autores analisaram os riscos da institucionalização nas situações de privação afetiva total (ausência prolongada ou definitiva da mãe) e privação afetiva parcial (ausência da mãe por algum tempo). Os autores observaram crianças em dois contextos: familiar e institucional. Concluíram que o afastamento da mãe e a colocação em meio institucional desencadeava uma rápida regressão no desenvolvimento. Quando questionado sobre o sentimento de falta de alguma pessoa de referência nas suas vidas os relatos são unânimes: a necessidade de uma figura parental próxima é destacada pela generalidade dos participantes.

A investigação sobre a problemática da institucionalização de crianças e jovens evidencia que as relações afetivas são os pilares mais importantes do desenvolvimento das capacidades sociais, morais e intelectuais da criança. O que acontece com frequência nos percursos de vida das crianças e adolescentes vítimas ou agressoras, é a ausência ou a distorção destas relações que se esperam organizadoras e o acolhimento institucional pode acrescer e multiplicar o caráter paradoxal das suas vivências (Martins, (2005), cit. por Quintães et al, 2010).

Os contactos com os familiares foram quase inexistentes, foi assim evidente o desinvestimento por parte da instituição num trabalho de proximidade com os familiares das crianças. Sentimos, no entanto, que para estes jovens, a família apesar dos afetos inexistentes ou desadequados surge como referencial afetivo ao qual se sentem intimamente ligados, embora as sucessivas perdas afetivas estejam claramente presentes nos seus relatos.

Os relacionamentos com as crianças institucionalizadas parecem ter sido benéficos, assim como o relacionamento criado com os técnicos da instituição.

Visitas da família

Sujeito 1- “Não era aquele, vamos ter contigo, não sei, houve aquela situação de tentar saber como é que eu estava, como é que não estava, qual foi a minha adaptação qual não foi, basicamente foi isso, eu contacto com os meus familiares não tive”.

Sujeito 2- “Simplesmente até aos 18 anos não, era a minha bisavó que vinha visitar-me todos os domingos”.

Sujeito 3- “Não, os meus pais são da aldeia, não tem carro.”

Sujeito 4- “Durante cerca de um ano ia eu de quinze em quinze dias visitá-los”.

No terceiro e último período do nosso estudo pretendemos explorar a percepção que estes jovens adultos têm do seu processo de acolhimento institucional.

Percepção sobre a Institucionalização

Sujeito 1 – “Agradeço ao meu padrinho por me ter levado para a Santa Casa (...) foi muito importante para mim, e ainda é”.

Sujeito 2 – “Muito importante, foram duas coisas na minha vida, foi a minha bisavó e o Lar, e se estivesse em Aveiro não sabia”.

Sujeito 3 – “Foi bom, porque me tornou na pessoa que sou hoje”.

Sujeito 4 – “Sim, foi bom, por um lado até agradeço, às vezes até tenho aquelas saudades, quando uma pessoa tem que está naquelas despesas do mês, quem me dera ter a roupinha lavada agora, ter a comida na mesa, às vezes ainda penso assim, foi bom, não foram os meus pais que me deram a educação. O que sou aprendi lá, devo a eles”.

A institucionalização é percebida por todos os participantes como positiva, pois foi promotora de aquisição de competências que poderiam não estar acessíveis no meio natural de vida dos participantes. Os aspetos positivos mais salientados são a educação e a aquisição de valores. A instituição permitiu um percurso académico e profissional, no sentido em que é condição para a sua integração sócio-profissional presente e futura. Esta vantagem pode ter feito a diferença na vida destas crianças e jovens pois poderia não ser acessível nos seus meios de origem, levando-os a perspetivar aquando da saída da instituição, a possibilidade da formação de uma vida autónoma.

Aspetos positivos da Institucionalização

Sujeito 1 – “(...) a educação, os princípios, valores que me transmitiram, ainda que às vezes não fosse da melhor maneira, mas (...)”.

Sujeito 2 – “Os funcionários excelentes, os colegas excelentes, a educação que me deram excelente”.

Sujeito 3 – “Eu sempre gostei muito da Santa Casa, sempre adorei, gostei imenso, porque é normal, um jovem sai de casa e ter um teto é bom, e depois ter a educação que nos dão aqui dentro, ter o, ter as regalias que nos dão aqui dentro é muito bom, quem dera a muitos jovens ter o que nós tínhamos. A Santa Casa fez-me ver o mundo de forma diferente, de forma muito positiva”.

Sujeito 4 – “Ensinaram-me um pouco da vida, agradeço por ter entrado mais cedo, pois assim já foi moldado de pequenino, foi construído desde pequenino”.

Os aspetos considerados negativos durante a institucionalização que foram relatados neste estudo, referem-se essencialmente à privação da liberdade e às regras pouco flexíveis, não existindo margem de negociação. É evidente que as regras servem os objetivos da instituição, de organização, e não a vida dos jovens (ISS, 2005).

Ao contrário do que a literatura aponta sobre o impacto negativo da institucionalização, parece-nos, que se tornou num ponto marcante de viragem das suas vidas e é percebida como algo favorável, para a organização do seu futuro.

Aspetos negativos

Sujeito 1- "Não sei, prefiro não falar sobre isso". "Não sei mesmo".

Sujeito 2- "Algumas falhas dos rapazes que me fizeram sofrer".

Sujeito 3- "A liberdade que não tinha".

Sujeito 4- "Não, nada".

Ao auscultarmos os participantes sobre a visão global que têm sobre o processo de institucionalização, verificamos que esta fase teve muitas potencialidades que são percecionadas pelos participantes. A possibilidade de realizar atividades que provavelmente de outra forma não as conseguiriam realizar, a educação, a preparação para a vida através da aprendizagem e realização de tarefas consideradas importantes para a aquisição da autonomia foram determinantes. O acesso à informação e ao conhecimento é um dos factores decisivos da inclusão/exclusão do sujeito na sociedade. Os participantes consideram que ao terem acesso à informação se sentem melhor preparados para os desafios do dia-a-dia.

Avaliação genérica sobre a Institucionalização

Sujeito 1- "Ainda hoje agradeço ao meu padrinho, por me meter cá (...)".

Sujeito 2- "De forma positiva". "A Santa Casa ajudou-me muito e continua a me ajudar".

Sujeito 3- "A Santa Casa proporcionou-nos coisas que de outra forma não as teríamos, lembro-me das férias de Verão, íamos para a praia, nós fazíamos muita coisa, que muitos não têm essa possibilidade (...) e muitos não sabem dar esse valor que estão cá dentro".

Sujeito 4- "Sim, por um lado sim, pelo outro não, ensinaram-me um pouco da vida

Os sentimentos à saída da instituição são contraditórios, onde o jovem identifica a sensação de se libertar do compromisso com a instituição, mas também de perceber que a partir do momento em que sai fica "por sua conta e risco", tendo que assumir os seus atos e responsabilidades.

Relativamente ao percurso atual da vida dos participantes podemos constatar que apenas um indivíduo considera ter estabilidade na sua vida. O percurso de vida da maioria dos sujeitos complexificou-se sofrendo o impacto de uma má integração na sociedade.

Percurso Atual

Sujeito 1- "Constitui família, trabalho, tenho alguma estabilidade (risos)".

Sujeito 2- "Complicada, a parte mais complicada é esta vida, muitos problemas, feitos por mim".

Sujeito 3- "Muito aventureira, quero ir para a tropa, o meu objetivo é ser polícia".

Sujeito 4- "Trabalho, tenho algumas dificuldades que pretendo superar (...) agora tenho a minha filha, tenho que trabalhar".

Ao serem questionados sobre os contactos estabelecidos com os familiares após a institucionalização revelam que a relação dos jovens com os familiares é complexa e assumem diferentes pontos de vista, oscilando entre um sentimento de proximidade e de distanciamento.

Contactos com familiares

Sujeito 1- "Só com a minha irmã, com a minha mãe não, nem pretendo manter contacto nenhum, não houve interesse da parte dela, ainda hoje não há, mas eu também nem a quero ver".

Sujeito 2- "Só com a minha tia, e primas filhas dela, eu o contacto de Aveiro perdi tudo" (...) e a mãe teve umas confusões. Procuraram-me a minha mãe simplesmente quando fiz 18 anos telefonou para me levar, mas não aceitei porque não queria...a minha mãe sabia, mas não veio, toda a gente pensava que eu estava na América.

Sujeito 3- "A família é muito importante, sim sempre quis manter contacto com os meus pais, a minha mãe é a pessoa mais importante da minha vida, é humilde, só quer o nosso bem, nem sequer pensa nela. O meu pai às vezes acho que não sabe o que faz porque tanto está zangado connosco, como passado algum tempo parece que não aconteceu nada, acho que nunca vai mudar".

Sujeito 4- "Desde que estou em Ponte de Lima tenho ido eu sempre lá baixo, a última vez foi quando a minha filha nasceu vieram eles cá acima".

Praticamente todos os entrevistados voltaram a entrar em contacto com a família, em situações precárias. Apesar dos participantes não atribuírem diretamente a causa da institucionalização às suas famílias, podemos constatar que após a saída da Instituição, nenhum deles foi residir para o seu local de origem, permanecendo todos na localidade onde viveram o processo de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa agora sistematizar os contributos mais relevantes deste trabalho de pesquisa. A institucionalização decretada por períodos prolongados pode trazer danos irreversíveis à vida das crianças. A preparação para a "desinstitucionalização" deveria começar por ser preparada no momento da entrada da criança, bem como deveria ser realizado um trabalho contínuo com a família, mas infelizmente nem sempre é possível. Por não existir um ambiente facilitador de movimentos de reparação internos, o processo de autonomização e integração futuros do jovem, ao nível pessoal, social e profissional podem ficar comprometidos.

O facto de o acolhimento institucional ser realizado com muita frequência longe da zona de origem das crianças e jovens, pode ser prejudicial, pois acaba por tornar mais difícil a manutenção da relação com a família, uma vez que a criança e/ou o jovem acabará por regressar a esse meio. Neste caso em concreto, podemos inferir, diz respeito ao facto de a maioria dos participantes serem originários de localidades diferentes da do acolhimento e atualmente estarem todos a residir na localidade onde viveram o processo de acolhimento institucional, não voltando assim aos locais de onde eram naturais.

Verificamos que o processo de acolhimento sofreu várias alterações ao longo das últimas décadas. Ao analisarmos a forma de entrada na Instituição, existem diferenças entre os jovens institucionalizados. Se por um lado uns foram levados por familiares ou amigos, outros foram levados por entidades formais, CPCJ's e Tribunais, às quais compete atualmente a decisão sobre a medida de promoção e proteção a determinar.

Ao nível das habilitações literárias podemos verificar que na literatura sobre esta temática é evidenciado, que o percurso escolar dos sujeitos acolhidos é tendencialmente negativo, revela atrasos escolares e a maioria dos jovens que saíram frequentaram apenas o primeiro ciclo do ensino básico. Esta situação não se evidencia neste estudo, pois apenas um participante não concluiu o ensino obrigatório. Um dado que podemos registar quanto ao percurso escolar é que todos frequentaram cursos profissionais.

Partindo da análise dos discursos dos participantes, verificamos que o principal objetivo compreender como é viver num Lar de Infância e Juventude, mais concretamente, analisar como é percecionada a institucionalização na infância e/ou juventude por quem passou por esse processo, podemos afirmar que os participantes deste estudo percecionam a institucionalização de forma positiva referindo que (...) *"Agradeço ao meu padrinho por me ter levado para o Lar (...) foi muito importante para mim, e ainda é". "De forma positiva". "A Instituição ajudou-me muito e continua a ajudar"*.

Ao realizar a investigação sobre este tema, tínhamos a percepção de que a institucionalização de crianças e jovens era concebida de forma negativa pelos jovens que a vivenciaram. Este estudo, entretanto, mostra a ambiguidade da questão. Ao mesmo tempo em que os jovens afirmam que a chegada à instituição refletiu sentimentos de tristeza, engano, medo, pois desconheciam o que lhes iria acontecer, ao mesmo tempo referem que a institucionalização *"ajudou muito e continua a ajudar"*. Indicam as potencialidades da

institucionalização, nomeadamente a possibilidade de realizar atividades que de outra forma não as conseguiriam fazer. Referem também a educação, a preparação para a vida, através da aprendizagem e realização de tarefas relacionadas com o funcionamento do Lar e as rotinas são também consideradas importantes para a aquisição da autonomia.

Essa ambiguidade vai ao encontro da bibliografia apresentada aqui. Uns estudos, mencionam que a institucionalização pode causar efeitos positivos, enquanto outros revelam os efeitos negativos nas crianças e jovens institucionalizados.

Como efeitos positivos Alves (2007) aponta o espaço institucional onde as crianças e os jovens encontram pela primeira vez, atenção, carinho, convivência. Estes aspetos positivos são obtidos em instituições de menor dimensão, integradas na comunidade, que facilitam a integração e participação das crianças e adolescentes, e que promovem o relacionamento com a família. Os fatores de risco associados à institucionalização podem ser atenuados tendo-se em conta "os eventuais fatores protetores relacionados com as circunstâncias contextuais e emocionais dos jovens" (MOTA & MATOS, 2010: 245).

Vários outros estudos apontam efeitos negativos tanto para a criança e jovem como para a própria sociedade. Estes estariam relacionadas com a incapacidade de estabelecer relações afetivas seguras, como comprova um estudo que comparou crianças institucionalizadas e crianças em famílias de acolhimento e concluiu que as primeiras manifestam mais dificuldades nas relações, nomeadamente marcadas pela insegurança nos relacionamentos (TARREN – SWEENEY, 2008).

De acordo com Roy, Rutter e Pickles (2004), as crianças e jovens, manifestam em termos afetivos, falta de seletividade na relação com o grupo de pares, bem como as cuidadoras da instituição.

Em conclusão é importante referir, que a institucionalização foi referenciada aqui positivamente, principalmente aos ganhos materiais, relacionais e educacionais, levando os seus residentes a perspetivar a sua saída da institucionalização, um momento de muita responsabilidade para a construção de uma vida autónoma. Os danos morais e psicológicos não foram destacados. Podemos ainda observar que o recurso ao acolhimento residencial é uma das medidas mais difíceis a serem tomadas, no entanto o objetivo deste não passa por separar as crianças das suas famílias de origem, apesar, como já foi mencionada, muitas das

vezes acontecer, mas sim, retirar estas crianças e jovens de ambientes colocam em risco suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, I. **Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco**. In: Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.). **Violência e Vítimas de Crimes** (vol. 2). Coimbra, Quarteto, 2008.

ALVES, S. **Filhos da Madrugada- Percurso adolescentes em Lares de Infância e Juventude**. Instituto Superior de Ciências e Políticas. Lisboa, 2007

BARBAS, L. 2014. **Lar de Infância e Juventude Especializado: O Modelo Terapêutico na Perspectiva dos Jovens e suas Famílias**. Dissertação de Mestrado Educação e Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Portalegre:Escola Superior de Educação de Portalegre, 2014. Acedido a: 05.2016, em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8481/1/L%c3%bacia%20Sofia%20Mourato%20Barbas.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1979.

CANSADO, T. **Institucionalização de Crianças e Jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social**. e-cadernos CES, nº 2.

CARREIRA, H. **As Políticas Sociais em Portugal**, 1ª ed., Lisboa: Gradiva, 1996.

CASA 2019 - **Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens**. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P. <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee> . Acedido em 15.03.2021

DELGADO, P. **Os Direitos da Criança. Da participação à responsabilidade**. Porto: Profedições, 2006.

ERASMIC, T. & LIMA, L. **Investigação e projectos de Desenvolvimento em Educação**. Braga: Universidade do Minho, 1989.

GOMES, I. **Acreditar no futuro**, Alfragide: Texto editores, 2010

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. **Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial de crianças e jovens**. CEM, Barcelos: Artes Gráficas, 2005

LOULÉ, F. **Crianças em perigo: A prática profissional dos assistentes sociais nas CPCJ's da sub-região do Baixo Mondego**. Dissertação de Mestrado, Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, 2010.

MAXWELL, F. **Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

MOTA, C. & MATOS, P. **Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo**. *Análise Psicológica*, Lisboa. 28, (2), 245-254, 2010.

PINHO, I. **A Política Social e o Envelhecimento Demográfico**. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Administração Pública. Braga: Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 1998.

PORTUGAL. **Lei n.º 147/99 de 1 de setembro**. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

QUINTÃNS, C. et.al. **Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização**. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho, 2010.

REIS, V. 2009. **Crianças e jovens em risco**. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. Acedido 03.2016, em <https://eces.revues.org/>

ROY, P., RUTTER, M., & PICKELS, A. **Institutional care: Associations between overactivity and lack of selectivity in social relationships**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(4), 866–873, 2004.

TARREN-SWEENEY, M. **Retrospective, and concurrent predictors of the mental health of children in care**. *Children and Youth Services Review*, 30(1), 1-25. 2008. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.05.014>

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods** (2.^a Ed.) Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.